



O duro legado de Dilsen Funaro

O legado do ex-ministro Dilsen Funaro para seu sucessor Luiz Carlos Bresser Pereira foi radicalmente distinto daquele que o próprio Funaro encontrou ao assumir a Fazenda, com uma inflação estabilizada, reservas cambiais razoáveis e um balanço de pagamentos sob controle. Depois, Funaro não manteve o cenário: perdeu US\$ 5 bilhões de reservas, deixou uma perspectiva de inflação de mais de 400% e uma balança comercial em estado precário.

Bresser Pereira certamente não esperava assumir o cargo tendo como objetivos básicos os mesmos de Funaro — combater a inflação e tentar equilibrar a delicada questão da dívida externa. Na época em que o Plano Cruzado começou a fazer água por todos os lados, alguns analistas chegaram a comentar que se uma pessoa tivesse saído do Brasil logo antes do plano, e voltado no último mês de janeiro, não teria notado qualquer diferença, como se jamais tivesse existido o sonho da inflação zero. E os indicadores econômicos apóiam a metáfora.

Quando Dilsen Funaro assumiu, no final de agosto de 1985, encontrou uma inflação anualizada de 219,5% (ver quadro), mas aparentemente estabilizada em torno desse patamar. Logo depois, em janeiro e fevereiro de 1986, a aceleração da alta dos preços justificava a edição do Plano Cruzado, aplaudido quanto à sua concepção, mas condenado na sua execução. Hoje, as razões

desse fracasso são amplamente conhecidas e não foram poucos os economistas que apontaram, desde o início do ano, para os riscos de uma hiperinflação. Celso Martone, da USP, calculava uma taxa média mensal em torno de 20%, equivalente a quase 800% ao ano. Era o legado de Funaro para Bresser: a inflação de abril deve ficar perto de 19,5% e, até março, ela autoriza uma projeção anual nada otimista de 433%, além de provocar todo tipo de expectativas e confusões no dia-a-dia da economia.

Bresser Pereira fez diversas análises sobre os problemas enfrentados quando da administração do Cruzado, mas ressaltou um ponto importante: a vitória da teoria da inflação inercial e o sucesso de alguns poucos meses de inflação baixa. A fórmula vale ser repetida, desde que expurgada de seus erros. Afinal, eles trouxeram complicações graves na área externa, além de decisões que levaram a última equipe econômica a adiar as negociações com os credores. Não faltou quem criticasse a decretação da moratória quando as reservas cambiais estavam baixas demais: ela teria sido mais adequada logo após a decretação do Cruzado, quando o Brasil poderia ter um superávit anual de US\$ 13,5 bilhões na sua balança comercial, em vez dos US\$ 4 bilhões a menos deixados por Funaro, e da queda de quase US\$ 5 bilhões de reservas cambiais.

ESPÓLIO INDESEJÁVEL

Aos erros de percurso do Cruzado, somaram-se outros provavelmente tão graves quanto o agravamento da tendência inflacionária e o crescimento do déficit público utilizado para sustentar a demanda em 1986. As relações com os credores pioraram e os acordos tornaram-se mais difíceis e mostraram-se que a moratória não reequilibrava o caixa do País, que hoje exporta praticamente US\$ 4,8 bilhões a menos por mês, sem ter modificado seu ritmo de importações. Alguns assessores muito próximos de Funaro queriam renegociar a dívida logo depois do Cruzado. Outros preferiam confiar na racionalidade da política econômica do ministro, adiando esse processo para o final do ano. Não contavam com a queda de reservas e do saldo comercial, nem com as dimensões internas na equipe econômica, entre a Fazenda e a Seplan. Na famosa reunião realizada em Carajás, alguns "pais" do cruzado já iniciaram o abandono do barco. Alguns meses depois, o professor Afonso Celso Pastore afirmaria que "Funaro quebrou o País, por não ter admitido em tempo hábil a renegociação com os credores e a necessidade de medidas corretivas. A economia saía de um choque precisando de outro logo depois. Uma herança que certamente não fazia parte dos sonhos do ministro Bresser Pereira.